



Relatório Semestral

Primeiro Semestre de 2011



ÍNDICE

1.	Introdução	2
2.	Dados sobre a actividade desenvolvida pela INTERBOLSA	3
	2.1 Introdução	3
	i) Contexto económico-financeiro	3
	ii) Acontecimentos ocorridos no período	4
	2.2 Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários	7
	2.3 Sistemas de Liquidação	15
	2.4 Agência Nacional de Codificação	19
3.	Preçário	20
4.	Sumário do Relatório Anual sobre Práticas de Governo da Sociedade e de Controlo Interno	22
5.	Informação Financeira	25
6.	Declaração sobre a conformidade da informação financeira apresentada	62



1. INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon).

Esta sociedade anónima tem por objecto a gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

Enquanto Sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA integra, desde 4 de Abril de 2007, o Grupo NYSE Euronext.

A NYSE Euronext é a *holding*, criada pela combinação do NYSE Group, Inc. e da Euronext N.V., que opera o maior e mais líquido grupo de Bolsas no mundo, oferecendo um alargado leque de produtos e serviços financeiros.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respectivos Estatutos, no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro (Lei das Entidades Gestoras ou LEG), no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como em outra legislação aplicável.

A missão da INTERBOLSA consiste em:

- fornecer aos intervenientes no mercado de capitais, instituições financeiras e entidades emittentes, sistemas de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e sistemas de liquidação das transacções sobre esses mesmos valores;
- contribuir para o desenvolvimento e eficiência do mercado de capitais, nomeadamente no que se refere às áreas de custódia e liquidação, através da disponibilização de serviços de qualidade superior e de infra-estruturas que respondam com segurança e fiabilidade às necessidades dos agentes de mercado, deste modo, criando condições competitivas, reduzindo riscos sistémicos e acautelando os direitos dos investidores.

Na realização da sua Missão, a INTERBOLSA prossegue um conjunto de actividades nas seguintes áreas de actuação:

- Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários (ou Central de Valores Mobiliários);
- Sistemas de Liquidação;
- Agência Nacional de Codificação.



2. DADOS SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA INTERBOLSA

2.1. INTRODUÇÃO

i. CONTEXTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Para análise da actividade desenvolvida pela INTERBOLSA durante o primeiro semestre de 2011, importa realçar os principais factores macroeconómicos que enformaram o período em análise.

A economia portuguesa encontra-se marcada por um quadro recessivo. Num processo de correcção de desequilíbrios macroeconómicos, em Abril de 2011, Portugal preparou um programa de ajustamento económico e financeiro elaborado no âmbito do pedido de assistência financeira à economia portuguesa acordado com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu.

Neste cenário, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional registou no segundo trimestre de 2011 uma quebra de 1,3 por cento em termos homólogos, tendo já no primeiro trimestre recuado 0,6 por cento face ao mesmo período de 2010. Em comparação com o primeiro trimestre do ano o PIB contraíu 0,4 por cento.

Para a contracção do crescimento económico nacional, concorreu o decréscimo do contributo da procura interna, principalmente devido à redução das despesas de consumo final (públicas e privadas) não compensado pelo contributo positivo da procura externa.

Os indicadores de confiança continuaram em fase de recuo, apresentando já um valor próximo do mínimo histórico, confirmando um maior pessimismo por parte das famílias agravado pelo deteriorar das condições do mercado de trabalho, com índices de desemprego que continuam a reflectir uma realidade preocupante.

No que concerne especificamente ao mercado financeiro, a baixa propensão ao risco condicionou a evolução dos mercados, penalizando os mercados accionistas. Assim, os activos mais arriscados aguardam o aceleração da actividade económica.

Por sua vez, o mercado de Dívida apresenta condições de acesso mais favoráveis, verificando-se contudo alguma aversão ao risco e por conseguinte o aumento da margem (*spread*) encontrando-se o nível de emissões muito condicionado pela maior ou menor tranquilidade apresentada pelos mercados financeiros.

A adopção de medidas de cariz económico-financeiro com vista a reforçar a consolidação das finanças públicas e a implementação de reformas que promovam o crescimento e a competitividade da economia portuguesa marcarão o segundo semestre de 2011 e, de acordo com os indicadores mais recentes, confirma-se que a economia portuguesa, continuará a apresentar sinais de contracção no crescimento económico.



Neste contexto, a INTERBOLSA apresenta um aumento da sua actividade designadamente no que toca ao volume de emissões e à quantidade de valores mobiliários inscritos nos seus sistemas centralizados. Mercê da contracção do mercado de capitais os montantes de operações liquidados através dos seus sistemas de liquidação geridos pela Interbolsa apresentam um decréscimo de actividade.

ii. ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

No primeiro semestre de 2011 ocorreram um conjunto de acontecimentos de natureza operacional e estratégica com impacto imediato ou potencial na actividade da Interbolsa, dos quais, entre outros, se destacam:

- No dia 1 de Janeiro de 2011 entrou em vigor a alteração ao Regulamento nº 6/2005 relativo ao preçário, que contempla a redução das comissões de manutenção de emissões e de valores mobiliários em conta aplicadas, respectivamente, a Entidades emitentes e a Intermediários Financeiros.
- Em Abril de 2011 foram concluídas as necessárias alterações ao Sistema de Liquidação *real time* (SLrt) permitindo a partir dessa data o ajustamento automático de juros e amortizações em operações registadas naquele Sistema, cuja liquidação se encontra atrasada no momento do exercício de direito. Esta alteração insere-se num projecto mais vasto de desenvolvimentos relacionados com o processo de implementação de *Market Claims* e *Transformations* nos Sistemas geridos pela INTERBOLSA, o qual, no final, consubstanciará o melhoramento do serviço de exercício de direitos, harmonizado com os restantes mercados europeus.
- Em Maio de 2011 um novo Intermediário Financeiro aderiu à utilização de mensagens ISO 15022, via rede SWIFT, relativas ao Sistema de Liquidação *real time* (SLrt) e à liquidação de operações realizadas em mercado.
- Encontra-se em fase de testes externos o Sistema de Fundos de Investimento que tem por objectivo automatizar o registo e controlo de emissões de unidades de participação de fundos de investimento abertos e fechados, assim como de “*Exchange Traded Funds*” (ETF), os respectivos pagamentos de rendimentos, bem como o processamento de subscrições e resgates dessas unidades de participação. Este Sistema será disponibilizado ao mercado no próximo mês de Novembro.
- Em Junho foi disponibilizado para testes externos, a alteração efectuada aos Sistemas Centralizados, com o objectivo de acomodar os procedimentos relativos às operações de penhor financeiro realizadas com a intervenção do Banco de Portugal - constituição, execução e extinção do penhor a favor do Banco de Portugal. Os novos procedimentos entram em funcionamento no dia 4 de Julho de 2011.

Ao longo do primeiro semestre foi implementado um conjunto de alterações aos Sistemas Centralizados com o intuito de aumentar as suas potencialidades operacionais, permitindo um funcionamento mais harmonioso e eficiente destes Sistemas, nomeadamente pela introdução de melhorias no processamento de registo de emissões e de eventos.



No que concerne especificamente à manutenção e desenvolvimento das plataformas informáticas nas quais assentam os Sistemas Centralizados e os Sistemas de Liquidação por si geridos, a INTERBOLSA procedeu à adaptação das suas plataformas informáticas cumprindo destacar, entre outros, a migração para produção do novo sistema operativo (OS 1.12), na sequência da renovação do “mainframe” (IBM - modelo z10 BC) realizada no final do ano passado, bem como do sistema gestor de bases de dados (IDMS 17) e demais subsistemas.

Cumpra neste Relatório fazer uma especial referência ao projecto lançado pela INTERBOLSA em Abril de 2011 com o objectivo de alargar os serviços prestados às Entidades Emitentes.

No âmbito deste projecto e ao longo do primeiro semestre de 2011 foram iniciadas as fases de estudo e definição de duas áreas específicas de serviços dirigidos às Entidades Emitentes, a saber:

i) Informação sobre a identificação de titulares de valores mobiliários.

A INTERBOLSA pretende, numa primeira fase, promover a melhoria da qualidade e integridade da informação sobre a identificação de titulares de valores mobiliários, disponibilizada pelos Intermediários Financeiros à INTERBOLSA e posteriormente disponibilizada às Entidades Emitentes. Numa segunda fase de desenvolvimento desta área, pretende-se otimizar e normalizar o fluxo da informação autonomizando a sua comunicação ao mercado.

ii) Notificação de Eventos

Como este novo serviço a INTERBOLSA pretende criar uma plataforma de comunicação de informação sobre exercícios de direitos de conteúdo patrimonial, desde o emitente dos valores mobiliários até ao investidor final, com informação *standardizada* (ISO 15022/20022, *Corporate Actions Joint Working Group*, T2S *Corporate Actions Subgroup*) disponibilizada de forma automática e atempada. Numa primeira fase, nesta plataforma estará disponível informação sobre pagamento de rendimentos com ou sem amortização, exercício de *warrants* autónomos, pagamento de rendimentos de unidades de participação e alterações de capital por incorporação de reservas e por subscrição de capital.

Pela sua importância no desenho futuro da actividade de Liquidação a nível europeu, merece igualmente uma especial menção o projecto TARGET2-Securities (T2S), do Eurosistema.

A INTERBOLSA tem vindo a acompanhar a evolução do referido projecto, desde o seu anúncio original, em 2006, quer na sua qualidade de entidade gestora nacional de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, quer enquanto membro da ECSDA - *European Central Securities Depositories Association*, participando activamente na respectiva discussão, designadamente, junto do Banco Central



Europeu (BCE) e do Banco de Portugal (BdP), bem como, igualmente, junto dos seus Clientes e no âmbito do seu Comité Consultivo Geral.

Dada a necessidade de assegurar a prossecução da necessária reflexão sobre o projecto T2S, para o efeito comunicando ao mercado, de forma eficiente e alargada, a informação relevante sobre o mesmo e, igualmente, de promover e preparar o plano de adaptação do mercado português, a INTERBOLSA deliberou criar um novo órgão consultivo específico, a que deu o nome de “T2S *Portuguese Market Forum*”, como meio adequado de discussão das necessidades e expectativas dos seus clientes no contexto deste projecto.

Recorde-se que, em Julho de 2009, a INTERBOLSA procedeu à assinatura do Memorando de Entendimento, subscrito pelo conjunto dos Bancos Centrais e das Centrais de Valores Mobiliários da zona euro, circunstância que lhe permite continuar a acompanhar de forma próxima o projecto T2S, na tentativa de assegurar da forma mais adequada a defesa dos interesses do mercado português, em particular, no que respeita aos principais temas em discussão no momento (*e.g.*, governação, preçário e contratualização).

Nestes termos e ao longo do primeiro semestre do ano, a INTERBOLSA participou activamente em diversos Grupos de Trabalho (*Advisory Group*, *CCG – CSD Contact Group*, *PMSG – Project Managers Sub-Group*, *NUG – National User Group*).

De salientar, de forma específica, o trabalho levado a efeito pela INTERBOLSA, conjuntamente com as demais CSDs (*Central Security Depository*) da zona euro, de negociação e discussão da minuta de contrato (*Framework Agreement*) que enformará a relação contratual a estabelecer entre as CSDs e o Eurosistema, tanto na fase de desenvolvimento do projecto T2S como, ulteriormente, quando o mesmo entrar em produção.

Pautando a sua actuação, como sempre faz, por um contributo activo no sentido do desenvolvimento e da protecção do mercado de capitais nacional, a INTERBOLSA tem devotado especial atenção a aspectos tão distintos mas simultaneamente tão relevantes do projecto, como sejam o respectivo custo, o modelo de governação e de contratualização que virá a ser adoptado, a estrutura de preçário, os processos de harmonização e a eliminação de barreiras técnicas, legais e fiscais, a regulação e supervisão do sistema, ou a viabilidade e vantagens para o mercado português do projecto T2S, entre muitos outros.



2.2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS CENTRALIZADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários é formado por um conjunto interligado de contas através do qual se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo da quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

Participam nos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA, as Entidades Emitentes, os Intermediários Financeiros, a LCH.Clearnet, S.A. e o Banco de Portugal.

FILIADOS

Em 30 de Junho de 2011, a INTERBOLSA contava com 31 filiados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários e nos Sistemas de Liquidação por si geridos, todos representados por instituições financeiras, o que compara com 35 filiados em igual período de 2010.

Durante o primeiro semestre do ano, duas instituições de crédito e uma sociedade corretora deixaram de estar filiados na INTERBOLSA

REGISTO DE EMISSÕES

No final do primeiro semestre de 2011, encontravam-se integradas nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários 3.429 emissões de valores mobiliários. Em termos absolutos, no final do primeiro semestre de 2011, a INTERBOLSA contabilizava mais 838 emissões de valores mobiliários do que as integradas em Junho de 2010, sendo de destacar mais 17 emissões de acções, 325 emissões de dívida privada, 294 emissões de *Warrants* e 188 emissões de Certificados.

As 3429 emissões integradas encontravam-se avaliadas, ao valor nominal, em cerca de 295.060 milhões de euros, valor que representa um acréscimo homólogo de 17,6 por cento. Em termos absolutos, o valor das emissões integradas no Sistema Centralizado da INTERBOLSA apresenta um acréscimo de 44.234 milhões de euros se comparadas com o montante de valor registado no primeiro semestre de 2010.

Cumprе realçar, que o montante de valor nominal registado no segmento de dívida (tanto pública como privada) apresenta um acréscimo homólogo de 20,6 por cento. No segmento das acções é verificado um aumento homólogo de 5,9 por cento, no montante inscrito nos Sistemas Centralizados.

Valores Mobiliários Integradas	30 de Junho de 2011			30 de Junho de 2010		
	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ³ €)	Nº Emissões	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ³ €)	Nº Emissões
Acções	239.640.449.881	53.089.756	513	233.604.044.263	50.117.421	496
Dívida	10.573.147.527.189	241.669.997	1.537	9.844.790.052.437	200.408.734	1.211
Dívida Pública	10.395.258.619.732	105.252.586	20	9.706.738.805.296	97.067.388	19
Obrigações do Tesouro e Outras	10.395.258.619.732	105.252.586	20	9.706.738.805.296	97.067.388	19
Dívida Privada	177.888.907.457	136.417.411	1.517	138.051.247.141	103.341.346	1.192
Obrigações	125.048.140.541	130.573.254	1.441	125.265.008.395	96.366.690	1.144
Valores Convertidos Ordem Emitente	0	0	0	0	0	0
VMOC's	125.000.000	125.000	2	70.000.000	70.000	1
Papel Comercial	42.000.103.840	5.612.000	70	2.000.625.550	6.797.500	43
Títulos de Participação	10.715.663.076	107.157	4	10.715.613.196	107.156	4
Outros	1.766.656.853	300.000	1.379	1.534.828.947	300.000	884
Unidades de Participação	624.981.097	0	21	628.481.747	0	15
Warrants	987.350.000	0	1.134	768.813.000	0	840
Certificados	154.321.200	0	215	136.531.200	0	27
Valores Estruturados	1.556	0	8	1.000.000	0	1
Outros Valores Destacados	3.000	300.000	1	3.000	300.000	1
Total Valores Integrados	10.814.554.633.923	295.059.753	3.429	10.079.928.925.647	250.826.155	2.591

(1) Inclui Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, valores Estruturados e outros valores representativos de dívida.

Com grande actividade estiveram igualmente os *warrants* com 1134 emissões integradas contra 840 emissões registadas no período homólogo, e os certificados que, no primeiro semestre de 2011, contam 215 emissões, contando apenas 27 no final de Junho de 2010.

No que concerne às emissões em moeda diferente de euro, no final do primeiro trimestre encontravam-se integradas no Sistema Centralizado 46 emissões, das quais 40 denominadas em dólares americanos, 3 em ienes japoneses, 2 em dólares canadianos e 1 em francos suíços.

EXERCÍCIO DE DIREITOS E OUTROS EVENTOS

O exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos constitui uma das principais actividades dos Sistemas Centralizados.

Durante o período em análise, foram processadas 4.499 operações de exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos, mais 1.131 operações que no primeiro semestre de 2010, representando um acréscimo, em termos homólogos, de 33,6 por cento.

No que se refere ao montante envolvido nestas operações, verificou-se um acréscimo homólogo, de 49,3 por cento, tendo esse valor ascendido a 41.120 milhões de euros.

Nos pontos seguintes é apresentada, de forma detalhada, uma análise à actividade desenvolvida pelos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, nos itens relativos a exercício de direitos e outros eventos.

- **PAGAMENTO DE JUROS E OUTRAS REMUNERAÇÕES**

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários processou 1.878 operações de pagamento de juros, sendo 16 relativas a emissões de dívida do Estado e 1.862 provenientes de emissões de dívida privada.

Em termos globais, o número de operações processadas aumentou 67,1 por cento, tendo o montante de juro pago ascendido a 4.751 milhões de euros, mais 18,7 por cento do que no período homólogo.

Juros	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Dívida Pública - Obrigações			
Nº Operações	16	17	-5,9%
Quantidade Valores Mobiliários	6.276.825.838.529	6.139.816.736.055	2,2%
Montante (10 ³ Eur)	2.809.182	2.576.585	9,0%
Dívida Privada - Obrigações (*)			
Nº Operações	1.862	1.107	68,2%
Quantidade Valores Mobiliários	212.589.241.492	178.100.632.445	19,4%
Montante (10 ³ Eur)	1.941.409	1.424.300	36,3%
Totais			
Nº Operações	1.878	1.124	67,1%
Quantidade Valores Mobiliários	6.489.415.080.021	6.317.917.368.500	2,7%
Montante (10 ³ Eur)	4.750.591	4.000.885	18,7%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

- **AMORTIZAÇÕES E LIQUIDAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

No que refere ao processamento de operações de amortizações de emissões de dívida, durante o primeiro semestre de 2011, foram processadas 396 operações relativas a empréstimos obrigacionistas e papel comercial relativos a dívida privada, mais do dobro que em igual período do ano anterior.

No período em análise, foram amortizadas duas emissões de dívida pública, mais uma do que no período homólogo do ano precedente.

O montante total de dívida amortizado ascendeu a 30.692 milhões de euros, representando um acréscimo homólogo de 56,9 por cento

Amortizações	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Dívida Pública - Obrigações			
Nº Operações	2	1	100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	899.806.000.000	440.177.900.100	104,4%
Montante (10 ³ Eur)	8.998.060	4.401.779	104,4%
Dívida Privada - Obrigações (*)			
Nº Operações	396	193	105,2%
Quantidade Valores Mobiliários	44.925.494.015	5.234.965.107	758,2%
Montante (10 ³ Eur)	21.693.848	15.163.846	43,1%
Totais			
Nº Operações	398	194	105,2%
Quantidade Valores Mobiliários	944.731.494.015	445.412.865.207	112,1%
Montante (10 ³ Eur)	30.691.908	19.565.625	56,9%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

- DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

Os Sistemas Centralizados da INTERBOLSA processaram, até Junho de 2011, 59 operações relativas ao pagamento de dividendos de acções e de rendimentos de unidades de participação, menos 19 do que as operações contabilizadas no final do primeiro semestre de 2010.

No mesmo sentido descendente variou o valor pago a título de rendimentos aos accionistas e aos subscritores de unidades de participação, cujo montante ascendeu a 3.232 milhões de euros contra 3.342 milhões de euros pagos em igual período de 2010.

Dividendos /Rendimentos UP's:	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Acções			
Nº Operações	57	76	-25,0%
Quantidade Valores Mobiliários	408.520.951.664	417.877.089.739	-2,2%
Montante (10 ³ Eur)	3.232.141	3.341.961	-3,3%
Unidades Participação			
Nº Operações	2	2	0,0%
Quantidade Valores Mobiliários	11.095.570	11.095.570	0,0%
Montante (10 ³ Eur)	1.200	1.200	0,0%
Totais			
Nº Operações	59	78	-24,4%
Quantidade Valores Mobiliários	408.532.047.234	417.888.185.309	-2,2%
Montante (10 ³ Eur)	3.233.341	3.343.161	-3,3%

No período em análise foram pagos rendimentos a dois Fundos de Investimentos no montante de 1.200 milhões de euros, não se tendo verificado qualquer variação face ao período homólogo.

- **ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS**

O número de operações relativas a alterações societárias processadas pelos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, em termos gerais, apresenta um aumento homólogo de mais do triplo, passando de 6 para 19 operações contabilizadas no final de primeiro semestre de 2011.

Alterações Societárias	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Subscrições			
Nº Operações	6	1	500,0%
Quantidade Valores Mobiliários	800.205.757	4.658.000	17079,2%
Montante (10 ³ Eur)	348.004	23.290	1394,2%
Incorporações:			
Nº Operações	6	1	500,0%
Quantidade Valores Mobiliários	305.535.894	0	100,0%
Montante (10 ³ Eur)	219.349	721	30322,9%
Reduções:			
Nº Operações	3	4	-25,0%
Quantidade Valores Mobiliários	7.020.477	0	100,0%
Montante (10 ³ Eur)	1.752.570	536.456	226,7%
Fusões			
Nº Operações	1	0	100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	100.000	0	100,0%
Montante (10 ³ Eur)	500	0	100,0%
Cisões			
Nº Operações	3	0	100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	81.954.400	0	100,0%
Montante (10 ³ Eur)	100.687	0	100,0%
Totais			
Nº Operações	19	6	216,7%
Quantidade Valores Mobiliários	1.194.816.528	4.658.000	25550,8%
Montante (10 ³ Eur)	2.421.110	560.467	332,0%

Relativamente aos montantes processados, segundo informação apresentada, no semestre em análise foram processados 2.421 milhões de euros, montante que compara com o registado em 2010 que ascendeu a 560 mil euros.

- **EXERCÍCIO DE WARRANTS E CERTIFICADOS**

Exercício de Warrants e Certificados	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Nº Operações	2.142	1.965	9,0%
Quantidade Valores Mobiliários	2.147.401.350	2.138.050.000	0,4%
Montante (10 ³ Eur)	22.842	64.849	-64,8%



Durante o primeiro semestre de 2011, foram processadas 2.142 operações de exercício de *warrants* e de certificados o que, em termos homólogos, representa um aumento de 9 por cento.

Apesar do aumento de 177 operações de exercício deste tipo de instrumentos financeiros, o montante envolvido nestas operações apresenta um decréscimo homólogo de 64,8 por cento, cifrando-se, em termos absolutos, em cerca de 23 milhões de euros.

- **OUTROS EVENTOS PROCESSADOS PELA CENTRAL**

Durante o semestre em análise, foram processadas ainda através do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários duas operações de renominalização (*Stock Split*), não tendo sido registada qualquer operação conducente à alteração da modalidade de representação dos valores mobiliários.

MOVIMENTAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ENTRE CONTAS

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários processa a movimentação física de valores mobiliários, dentro da mesma conta e entre contas do mesmo ou de diferentes Intermediários Financeiros, tanto para efeito de liquidação física de operações como para a mera transferência de valores.

Durante o primeiro semestre de 2011, foram realizados, através dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, 139.453 movimentos de transferência de valores mobiliários, tendo a quantidade movimentada ascendido a 5.693.227 milhões de unidades de valor mobiliário.

Movimentos em Conta	30-Junho-2011		30-Junho-2010		Var.(%) Nº Opera- ções	Var.(%) Qt. Valores Mobiliários
	Nº Opera- ções	Qt. Valores Mobiliários	Nº Opera- ções	Qt. Valores Mobiliários		
Processamento Imediato	99.150	1.823.769.786.201	124.231	2.261.520.243.827	-20,2%	-19,4%
Processamento Nocturno	38.760	370.962.626.879	38.377	59.584.344.783	1,0%	522,6%
Intervenção do BdP	1.497	3.496.974.434.312	1.486	4.178.110.219.876	0,7%	-16,3%
Intervenção da LCH.Clearnet, S.	46	1.520.498.655	72	9.311.235.410	-36,1%	-83,7%
Totais	139.453	5.693.227.346.047	164.166	6.508.526.043.896	-15,1%	-12,5%

O número global de movimentos realizados durante o semestre em análise representou, em termos homólogos, um decréscimo de 15,1 por cento, explicado pela menor utilização, por parte dos intermediários financeiros, dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, principalmente para a realização de transferências com efeitos imediatos.

A variação registada no número de movimentos de valores mobiliários foi acompanhada pela variação na quantidade de valores objecto de transferência, que registou uma diminuição de 12,5%.

Cumprindo ainda referir que durante o primeiro semestre de 2011, da análise do quadro *supra*, verifica-se que as transferências efectuadas com intervenção do Banco de Portugal (operações de colateralização e de cedência de fundos, mediante compra com acordo de revenda, normalmente incidindo sobre valores mobiliários representativos de dívida) representaram, em termos de quantidade, 61,4 por cento do total de valores objecto de transferências processadas pelos Sistemas Centralizados. No entanto, atendendo à especificidade das operações e ao facto de grande parte dos valores representativos da dívida ter valor nominal de um cêntimo, o número de operações realizadas com intervenção do Banco de Portugal representa apenas, em termos de peso, 1,1 por cento do total dos movimentos efectuados durante o período em análise.



SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A INTERBOLSA prosseguiu a sua actividade de prestação regular de informação estatística e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, às Entidades Emitentes, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Banco de Portugal, aos auditores e a outros participantes no mercado.

Uma das mais relevantes actividades da área de Serviços de Informação da INTERBOLSA é a disponibilização de um serviço que permite às Entidades Emitentes de valores mobiliários nominativos, emitidos sob a forma escritural ou titulada e inscritos na Central de Valores Mobiliários, o acesso a informação sobre a identificação dos titulares dos valores mobiliários por si emitidos, bem como, sobre a quantidade de valores detida por cada um.

No entanto, cumpre referir que o Sistema Centralizado gerido pela INTERBOLSA é formado por contas globais, abertas no sistema pelos Intermediários Financeiros filiados, que contêm, em cada momento, o somatório das contas de registo individualizado abertas pelos investidores, junto do Intermediário Financeiro (depositário/registador) por si escolhido. Assim, e de forma a dar cumprimento às solicitações de informação que lhe são dirigidas pelos emitentes, a INTERBOLSA solicita aos intermediários financeiros, participantes nos Sistemas por si geridos, informação sobre a identificação dos detentores dos valores mobiliários objecto do pedido e, após consolidação da informação recebida, remete-a à entidade requerente.

Durante o primeiro semestre de 2011, a INTERBOLSA registou 138 pedidos de identificação de titulares, o que representa, em termos homólogos, mais 18 pedidos da mesma natureza.

Pedidos de Identificação de Titulares	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Nº de pedidos por emitente	107	104	2,9%
Nº de pedidos por código CVM	138	120	15,0%

Durante o semestre em análise, os pedidos de identificação de titulares efectuados tiveram como objecto emissões de 107 entidades emitentes com valores registados junto da Central de Valores Mobiliários, mais 3 emissões que em igual período do ano anterior.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita às Entidades Emitentes solicitarem informação sobre a identificação dos titulares dos valores nominativos por si emitidos e que se encontrem inscritos junto desta entidade gestora.

2.3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da organização e gestão de Sistemas de Liquidação, tendo em vista assegurar a realização de transferências de dinheiro associadas às transferências de valores mobiliários ou a direitos inerentes e a garantias relativas a operações sobre valores mobiliários.

Os intermediários financeiros filiados na INTERBOLSA são participantes nos Sistemas de Liquidação, geridos por esta entidade gestora, os quais asseguram a liquidação física e financeira das operações realizadas em mercado, regulamentado e não regulamentado, bem como as operações realizadas fora de mercado e as demais movimentações de valores mobiliários presentes a estes Sistemas.

A INTERBOLSA gere os seguintes sistemas de liquidação:

- Sistema de Liquidação Geral;
- SLrt – Sistema de Liquidação *Real Time*
- SLME – Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira

Os Sistemas de Liquidação geridos pela INTERBOLSA registaram movimentos diferentes, durante o primeiro semestre de 2011, os quais serão detalhados nos pontos seguintes.

SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO GERAL

A actividade desenvolvida pelo ciclo diurno do Sistema de Liquidação Geral, relativa à liquidação de operações provenientes dos mercados geridos pela Euronext Lisbon, é apresentada no quadro *infra*, sendo a análise detalhada nos pontos seguintes.

Instruções não Liquidadas	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
. Operações Garantidas			
Nº Instrukções	19.195	22.917	-16,2%
Quantidade Valores Mobiliários	1.033.745.819	913.829.266	13,1%
Montante (10 ³ Eur)	1.500.608	2.027.979	-26,0%
. Operações Não Garantidas			
Nº Instrukções	13	25	-48,0%
Quantidade Valores Mobiliários	15.891	908.464	-98,3%
Montante (10 ³ Eur)	140	46.663	-99,7%
Totais			
Nº Instrukções	19.208	22.942	-16,3%
Quantidade Valores Mobiliários	1.033.761.710	914.737.730	13,0%
Montante (10 ³ Eur)	1.500.748	2.074.642	-27,7%



Relativamente às operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e garantidas pela LCH.Clearnet, S.A., foram liquidadas, durante o primeiro semestre de 2011, pelo Sistema de Liquidação Geral, no seu ciclo diurno, 112.843 instruções, tendo o montante global envolvido ascendido a cerca de 12.587 milhões de euros.

Em termos comparativos, face ao período homólogo, foi registado um decréscimo de 5,3 por cento no número de instruções liquidadas. Esta tendência foi acompanhada pelo montante liquidado, que registou uma diminuição de 18,2 por cento face a igual período do ano anterior.

O número de instruções liquidadas decorrentes de operações realizadas em mercados geridos pela Euronext Lisbon e não garantidas pela LCH.Clearnet, S.A. ascendeu, durante o período em análise, a 1.125 instruções, correspondendo a um decréscimo de 35,1 por cento, face ao período homólogo. No que se refere ao montante envolvido na liquidação deste tipo de operações, o valor registado foi de 8,4 milhões de euros, valor significativamente inferior ao realizado em igual semestre de 2010.

Face ao exposto, no primeiro semestre de 2011, o número de operações liquidadas pela INTERBOLSA referentes a operações provenientes dos mercados geridos pela Euronext Lisbon registou um decréscimo de 5,7%, a que correspondem cerca de 113.968 instruções, com um montante de liquidação de 12.595 milhões de euros.

O decréscimo no número de instruções de liquidação relativas a operações garantidas (- 5,3 por cento) liquidadas no ciclo diurno do Sistema de Liquidação Geral, durante o primeiro semestre de 2011, foi acompanhado por igual tendência no número de operações resubmetidas a nova tentativa de liquidação por falha de liquidação, que em termos homólogos registou uma diminuição de 23,4 por cento face ao valor registado no primeiro semestre de 2010.

Assim, conforme quadro *infra*, foram apresentadas, para nova tentativa de liquidação no Sistema de Liquidação SLrt, e liquidadas, 13.208 instruções relativas a operações garantidas que não tinham sido liquidadas no Sistema de Liquidação Geral, que corresponde, termos absolutos, menos 4.032 instruções do que no semestre homólogo.

Operações Garantidas Liquidadas no SLrt	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
Nº Instruções	13.208	17.240	-23,4%
Quantidade Valores Mobiliários	1.434.022.985	785.569.162	82,5%
Montante (10 ³ Eur)	1.212.628	2.079.027	-41,7%

Apesar da quantidade de valores mobiliários envolvidos neste tipo de operações ter sido superior no primeiro semestre de 2011 face a igual período de 2010, o montante envolvido foi de 1.213 milhões de euros, o que representa um decréscimo homólogo de 41,7 por cento, explicada pelo decréscimo do valor de mercado dos valores objecto de liquidação.

SLrt - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO REAL TIME

O Sistema de Liquidação *real time* (SLrt) permite a liquidação de instruções DVP (*Delivery Versus Payment*) e FOP (*Free Of Payment*) num ambiente totalmente automatizado.

SLrt	30-Junho-2011	30-Junho-2010	Var.(%)
. Instruções DVP			
Nº Instruções	231.302	226.064	2,3%
Quantidade Valores Mobiliários	1.888.316.297.397	1.907.156.863.371	-1,0%
Montante (10 ^{^3} Eur)	71.471.399	72.308.013	-1,2%
. Instruções FOP			
Nº Instruções	35.197	36.315	-3,1%
Quantidade Valores Mobiliários	9.164.557.173.083	9.791.658.388.395	-6,4%

No que se refere às instruções de liquidação introduzidas no Sistema de Liquidação *real time*, durante o primeiro semestre de 2011, na sequência de uma maior utilização, por parte dos Intermediários Financeiros dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, verificou-se um acréscimo de 1,6 por cento (mais 4.120 instruções), quando comparado com o número de operações concretizadas no mesmo período de 2010. Esta evolução não foi, no entanto, acompanhada quer pela quantidade de valores mobiliários, quer pelo montante envolvido nestas operações. De facto, o montante liquidado cifrou-se em 71.471 milhões de euros, menos 1,2 por cento face ao período homólogo, enquanto na quantidade de valores mobiliários verificou-se uma diminuição de 5,5 por cento.

Durante o período em análise as instruções DVP liquidadas através do SLrt apresentam um acréscimo de 2,3 por cento, verificando-se uma diminuição de 1 por cento na quantidade de valores mobiliários envolvida.

No que concerne às operações FOP, as 35.197 instruções liquidadas durante o primeiro semestre de 2011 representam um decréscimo homólogo de 3,1 por cento, envolvendo menos 6,4 por cento em termos de quantidade de valores mobiliários.



SLME - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A INTERBOLSA tem em funcionamento, desde Março de 2008, o Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira (SLME), o qual veio complementar os serviços prestados por esta entidade gestora no âmbito da liquidação de operações sobre valores mobiliários.

Este Sistema recorre, para efeitos de liquidação financeira, a um sistema de pagamentos em moeda estrangeira, do tipo "*Commercial Bank Money*" operado pela Caixa Geral de Depósitos S.A., que permite a realização de pagamentos em moeda diferente de euro, nomeadamente o pagamento de juros e de amortizações, bem como a liquidação de operações de mercado (não garantidas) realizadas na Euronext Lisbon, em moeda estrangeira.

O SLME encontra-se, *ab initio*, preparado para aceitar a liquidação financeira de operações em dólares americanos, libras esterlinas, ienes japoneses e francos suíços. Em Abril de 2010, o SLME passou igualmente a permitir a liquidação financeira de operações em dólares canadianos (CAD).

Em termos de actividade, no primeiro semestre de 2011 foram submetidas ao SLME, para liquidação financeira, 36 operações relativas a pagamentos de juros de empréstimos obrigacionistas, sendo 28 em dólares americanos, 4 em ienes japoneses, 3 em dólares canadianos e 1 em francos suíços.

No que se refere a operações de amortização de empréstimos obrigacionistas em moeda estrangeira, durante o período em análise não foi liquidada qualquer operação.



2.4. AGÊNCIA NACIONAL DE CODIFICAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da gestão e funcionamento da Agência Nacional de Codificação e, por essa razão, é membro da ANNA – *Association of National Numbering Agencies, S.C.R.L.*

Esta actividade, desenvolvida pela INTERBOLSA desde 1993, consiste na atribuição de códigos ISIN - *International Securities Identification Number* e, CFI - *Classification of Financial Instruments* a todos os valores mobiliários emitidos em Portugal, bem como, a outros instrumentos financeiros em conformidade com as normas ISO 6166 e ISO 10962 e as directrizes da ANNA.

Cumprindo o objectivo de divulgar, a nível internacional, os códigos ISIN e CFI atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, a INTERBOLSA fornece, diariamente, informação para a base de dados central, operada pela ASB – *ANNA Service Bureau*. Desta forma, toda a informação ISIN pode ser acedida pelas agências de codificação membros da ANNA – *Association of National Numbering Agencies*.

Por outro lado, a INTERBOLSA, tendo como objectivo fomentar a divulgação dos códigos atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, mantém em funcionamento um serviço de divulgação de dados ISIN assente na subscrição de um ficheiro contendo informação ISIN e respectivas actualizações diárias ou semanais.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita o acesso à informação sobre os códigos ISIN atribuídos.



3. PREÇÁRIO

O actual modelo de Preçário da INTERBOLSA, em vigor desde 1 de Janeiro de 2006 e concretizado no Regulamento da Interbolsa n.º 6/2005, introduziu uma modificação profunda na anterior estrutura de comissões abrangendo todos os serviços prestados por esta entidade gestora aos participantes nos sistemas por si geridos.

Este Preçário foi adoptado após a realização, de acordo com as melhores práticas na matéria, de um extenso processo de consulta junto dos seus clientes (intermediários financeiros filiados e entidades emitentes com valores registados).

A alteração concretizada teve subjacente objectivos de eficiência e equidade, bem como de clareza e comparabilidade internacional do Preçário a adoptar pela INTERBOLSA, em linha com os objectivos de transparência e comparabilidade de preçários, mais tarde adoptados pelo Código de Conduta Europeu sobre Compensação e Liquidação.

MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO DO PREÇÁRIO

Em 2011, a INTERBOLSA mantém activos os vários procedimentos de monitorização do impacto do seu Preçário, nos mesmos moldes efectuados desde 2006 e transmitidos, *ab initio*, ao mercado e à Autoridade de Supervisão.

De facto, ao longo dos últimos quatro anos, a INTERBOLSA tem procedido à monitorização, global e individualizada, do impacto do preçário relativamente a cada participante nos sistemas por si geridos, sendo a respectiva informação divulgada ao Comité Consultivo Geral (CCG) da INTERBOLSA, bem como à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para acompanhamento de todo o processo de monitorização.

Face ao exposto, a INTERBOLSA continua a prosseguir as melhores práticas em matéria de monitorização, disponibilização de informação e consulta ao mercado no que respeita ao seu preçário, em linha com as obrigações resultantes do Código de Conduta Europeu para Compensação e Liquidação em matéria de transparência e comparabilidade dos preçários.

No que respeita aos resultados da análise efectuada, esta demonstrava, no final do ano de 2010, que foram totalmente cumpridos, e amplamente ultrapassados, os objectivos de desconto que foram apresentados ao mercado em relação a 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Não obstante, e pese embora as difíceis condições de evolução do mercado apontadas, por várias instituições internacionais, para 2011, a INTERBOLSA entendeu dever proceder a uma nova diminuição das comissões de



manutenção, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2011, de forma a incentivar, de modo continuamente positivo, a integração directa de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido.

Face a esta nova redução das comissões de manutenção estima-se que, no final de 2011, assumindo-se como pressuposto a mesma actividade realizada em 2010, os custos imputados à manutenção de posições em conta e de emissões, apresentem um decréscimo total de cerca de €500.000, sendo:

- Intermediários Financeiros: cerca de €180.000 (redução de 1,7 % na rubrica Manutenção), e
- Entidades Emitentes: cerca de €320.000 (redução de 5,7 % na rubrica Manutenção).

Desta forma, a INTERBOLSA volta a contribuir, de modo efectivo e num momento de situação económica especialmente difícil, para a integração directa de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido e, assim, para o contínuo desenvolvimento e dinamização do mercado português.



4. SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE E DE CONTROLO INTERNO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, (abreviadamente designado por LEG ou “Lei das Entidades Gestoras”), pelo Código dos Valores Mobiliários (de ora em diante, CVM), pelo Código das Sociedades Comerciais (abreviadamente, CSC) e pelos respectivos Estatutos.

A INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o Regulamento da CMVM n.º 4/2007, relativo às “Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços”, a INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, elabora anualmente um relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, o qual é objecto de parecer emitido pelo seu órgão de fiscalização.

Deste modo, a INTERBOLSA elaborou um Relatório reunindo num único documento a informação relevante sobre o Sistema de Controlo Interno que tem implementado e que tem vindo, anualmente, a divulgar à CMVM, aditando-lhe, informação sobre as boas práticas de governo das sociedades adoptadas por esta entidade gestora ⁽¹⁾.

De acordo com o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento de CMVM n.º 4/2007, no referido relatório foram exaustivamente evidenciados:

- (i) Os princípios orientadores da política de governo da sociedade;
- (ii) A descrição da estrutura organizativa e dos recursos humanos da entidade gestora;
- (iii) O exercício de direitos de voto e de representação dos accionistas;
- (iv) O controlo accionista e a transmissão de acções da sociedade;
- (v) Os planos de incentivos existentes para colaboradores e membros dos órgãos sociais;
- (vi) Os negócios e operações realizadas com membros dos órgãos sociais;
- (vii) A política de remuneração dos órgãos sociais;
- (viii) As regras societárias internas;
- (ix) A política de distribuição de dividendos adoptada;
- (x) O sistema de controlo de riscos e procedimentos de controlo interno aplicados, e
- (xi) As situações susceptíveis de melhoramento ou correcção, bem como, as medidas adoptadas para o efeito.

⁽¹⁾ Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, o relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, e o parecer emitido pelo órgão de fiscalização da INTERBOLSA, foram remetidos à CMVM em Junho de 2008



Assim, no que se refere ao sistema de controlo interno, cumpre apenas referir que a INTERBOLSA dispõe de mecanismos que permitem a vigilância dos riscos inerentes à sua actividade, a minimização do impacto de eventos imprevistos, bem como a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado no qual a INTERBOLSA se encontra inserida, potenciando desta forma um eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, bem patente nos resultados da entidade gestora e na apreciação feita pelos seus clientes nos anos mais recentes.

O controlo interno da INTERBOLSA assenta num conjunto de regras, procedimentos e práticas, a par da estrutura organizativa, desenhadas para proporcionarem a garantia de que os objectivos da empresa são atingidos e que quaisquer factos indesejáveis serão atempadamente detectados e evitados, ou controladas e minimizadas as suas consequências.

Simultaneamente, a entidade gestora procedeu, também, no âmbito do referido relatório, à apresentação e sistematização dos princípios e práticas de governo adoptados pela INTERBOLSA.

Conforme é conhecido, o governo das sociedades é um sistema de administração e controlo da sociedade, que se destina a regular as relações entre os diversos *stakeholders* da empresa e cuja incidência se direcciona, primordialmente, ao modo de funcionamento interno da sociedade e às relações externas adoptadas.

É entendimento desta entidade gestora que as boas práticas de governação devem ser encaradas e adoptadas como peça fundamental da vida societária, uma vez que focam matérias relevantes relacionadas, designadamente, com:

- a) A responsabilização da Administração no exercício da direcção e controlo da sociedade;
- b) A relevância dos direitos das pessoas cujos interesses estão ligados à actividade da sociedade (os também designados *stakeholders* da empresa);
- c) O exercício do direito de voto, pelos accionistas, e a sua participação activa nas assembleias gerais.

De modo genérico e sumário, a política de governo das sociedades implementada na INTERBOLSA visa assegurar uma gestão competente, eficiente e transparente, cujos princípios orientadores são os que, de modo sintético, se identificam:

- a) Profissionalismo e competência, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- b) Transparência, tanto da organização, como do seu processo decisório;
- c) Responsabilização, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- d) Criação de valor, como primeiro objectivo da Administração e dos Trabalhadores;
- e) Rigor, na gestão dos diversos riscos subjacentes à actividade prosseguida;
- f) Qualidade, na prossecução da actividade que se encontra cometida à sociedade;
- g) Desempenho e mérito, como critérios fundamentais da política de avaliação e da política de remuneração dos Trabalhadores e da Administração;



i) *Informação rigorosa e atempada*, disponível tanto ao(s) accionista(s) como às demais pessoas com interesse relevante na sociedade.

Em conclusão, a INTERBOLSA entende que possui uma Política de Governo das Sociedades e um Sistema de Controlo Interno que, tendo por objectivo a adopção de boas práticas tanto no que se refere às relações societárias estabelecidas como à vigilância dos riscos inerentes à sua actividade, contribuem para a adaptação da sociedade às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado, bem como para um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, garantindo, deste modo, a segurança na prossecução de objectivos, a eficiência e eficácia de operações, a confiança dos dados financeiros e o respeito pelas leis e regulamentos aplicáveis, proporcionando a garantia de que os objectivos da empresa são atingidos e que eventos indesejáveis são detectados e impedidos.

Assim, é convicção da INTERBOLSA que o sistema de governo da sociedade e de controlo interno que tem definido contribuem de forma decisiva para evitar a prática de actos susceptíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade dos sistemas por si geridos, proporcionando ao mercado um extenso conjunto de garantias, necessárias e indispensáveis, relativamente ao bom funcionamento dos mesmos.

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5.1 INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA adopta as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) na elaboração das suas demonstrações financeiras, permitindo, assim, a toda a comunidade financeira proceder a uma análise das demonstrações financeiras desta entidade gestora numa base internacionalmente reconhecida e adoptada pela generalidade das empresas europeias, desta forma facilitando a respectiva interpretação e, ainda, a comparabilidade com empresas congéneres.

O presente relatório semestral espelha, exclusivamente, a análise económica e financeira das contas individuais da INTERBOLSA.

5.2 RESULTADOS

A INTERBOLSA realizou no primeiro semestre de 2011 um Resultado Líquido que ascendeu a 6.216 mil euros, valor que corresponde a uma variação homóloga positiva de 18,4 por cento. (ou cerca de 966 mil euros em termos absolutos).

Em Euros

Resultados	1º Semestre 2011	1º Semestre 2010	Dif. 2011/2010	Var. %
Proveitos Operacionais	11.270.013	9.993.771	1.276.242	12,8%
Custos de exploração	2.658.871	2.679.264	-20.393	-0,8%
Resultado de Exploração (EBITDA)	8.611.142	7.314.507	1.296.635	17,7%
Amortizações/ Provisões	36.866	50.268	-13.402	-26,7%
Resultados Operacionais (EBIT)	8.574.276	7.264.239	1.310.037	18,0%
Resultados Financeiros	112.649	73.885	38.764	52,5%
Resultados antes de Imposto	8.686.925	7.338.124	1.348.801	18,4%
Resultado Líquido	6.215.945	5.249.931	966.014	18,4%

Os Resultados de Exploração apresentam um acréscimo homólogo de 17,7 por cento, explicado em grande parte pela evolução favorável dos proveitos e também pela para o qual contribui ainda a redução nos Custos Operacionais.

A evolução positiva de 18 por cento no Resultado Operacional é assim justificada pelo acréscimo da actividade operacional da empresa, a par com a redução homóloga das Amortizações (- 26,7%) por efeito do decurso dos períodos de amortização de investimentos realizados em anos anteriores.

Os Resultados Financeiros registam uma variação homóloga positiva de 52,5 por cento (em termos absolutos, mais 39 mil euros), fruto das melhores condições do mercado monetário, justificada pela maior apetência das instituições financeiras nacionais por depósitos, que se traduziu numa subida das taxas de juro oferecidas às aplicações financeiras constituídas no período em análise.

5.3 PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais da INTERBOLSA, no final do primeiro semestre de 2011, ascenderam a 11.270 mil euros, representando um acréscimo homólogo de 12,8 por cento. Em termos absolutos, a evolução verificada traduz-se num aumento de proveitos de 1.276 mil euros face aos valores realizados no primeiro semestre do ano transacto.

No quadro abaixo encontra-se a distribuição dos proveitos operacionais da INTERBOLSA, segmentados pelas diferentes rubricas do preçário:

Em Euros

	1º Semestre 2011	1º Semestre 2010	Var. %
Utilização Sistema	220.525	228.025	-3,3%
Movimentação de Valores em conta	136.742	164.815	-17,0%
Sistemas de Liquidação	685.543	694.924	-1,3%
Exercício de Direitos/Pagamento de Rendimentos	905.900	630.600	43,7%
Manutenção de Emissões / Valores em conta	8.844.207	7.846.190	12,7%
Registo de Emissões	197.350	144.500	36,6%
Cancelamento de Emissões	28.050	26.850	4,5%
Outros Receitas Prestação Serviços	155.219	158.710	-2,2%
Total Prestação de Serviços	11.173.536	9.894.614	12,9%
Ajustamentos	-4.162	-749	455,7%
Outros Proveitos	100.639	99.906	0,7%
Total de Proveitos	11.270.013	9.993.771	12,8%

Para análise dos dados referentes ao primeiro semestre de 2011, realizando a apropriada contextualização, cumpre enfatizar a evolução de alguns dos factores exógenos decorrentes da normal evolução e dinâmica do mercado, num período marcado pelo agravar da crise soberana de alguns Estados membros da União Europeia, nomeadamente Portugal, bem como da própria actividade da INTERBOLSA e que devem ser tidos em conta na leitura dos dados referentes ao período de referência deste Relatório.

Em 1 de Janeiro de 2011, conforme referido em ponto próprio, entraram em vigor as novas tabelas de comissões de manutenção de emissões e de posições em conta, abrangendo tanto intermediários financeiros

como entidades emitentes, bem como todos os valores mobiliários integrados nos sistemas centralizados geridos por esta entidade gestora.

Assim, em termos de actividade que directamente influencia as receitas provenientes da manutenção de emissões e de valores em conta, o semestre em análise apresenta as seguintes variações homólogas:

- um aumento de 12,5 por cento, no valor médio de Dívida Pública registado nos Sistemas Centralizados;
- um aumento de 37,8 por cento, no valor médio da Dívida Privada registado nos Sistemas Centralizados;
- um aumento de 4,3 por cento no valor médio de outros valores mobiliários não representativos de Dívida (Acções e Unidades de Participação) registado nos Sistemas Centralizados.

O aumento do valor médio dos valores mobiliários não representativos de Dívida (*e.g.* Acções e Unidades de Participação) registado nos Sistemas Centralizados é explicado em parte pelo aumento da quantidade de emissões de acções inscritas nos Sistemas Centralizados (mais 3,4 por cento face ao período homólogo) e pela melhor *performance* do mercado de capitais face a igual período do ano de 2010.

Fruto do aumento de novas emissões registadas no Sistema Centralizado de Valores Mobiliários, e consequentemente o aumento do volume de dívida integrada, a Dívida Privada continua a apresentar um crescimento dos valores médios integrados nos Sistemas Centralizados, face à verificada no semestre homólogo.

Face ao exposto, e pela conjugação de todos os factores acima identificados, a rubrica de manutenção de emissões/valores regista, no final do primeiro semestre de 2011, um crescimento homólogo de 12,7 por cento.

No que concerne às rubricas de exercício de direitos, e face ao aumento de 33,6 por cento no número de operações de exercício de direitos patrimoniais e outros eventos, referido em ponto anterior, as receitas provenientes deste serviço prestado às Entidades Emitentes registaram um acréscimo de 43,7 por cento, face ao período transacto, ascendendo em termos absolutos a 906 mil euros contra 630 mil euros contabilizados no semestre homólogo.

Por sua vez, as receitas provenientes das comissões cobradas pelo Registo de Emissões apresentam no primeiro semestre de 2011 um acréscimo de 36,6 por cento, explicado pelo aumento do número de emissões registadas nos Sistemas Centralizados face ao período homólogo, principalmente de dívida privada (obrigações e papel comercial), *warrants* e certificados.

As receitas geradas pelo cancelamento de emissões, apresentaram igualmente uma evolução positiva, registando um acréscimo homólogo de 4,5 por cento, explicado pelo aumento no número de operações de amortização de emissões de dívida privada processadas pelos Sistemas.

Conforme referido em ponto próprio, durante o primeiro semestre de 2011 verificou-se, em termos gerais, uma menor utilização dos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA para a realização de transferências entre contas. Esta situação traduziu o decréscimo de 17 por cento na rubrica de movimentação de valores em conta.

Os proveitos provenientes dos Sistemas de Liquidação ascenderam a 686 mil euros, menos 1,3 por cento que em igual período do ano anterior, em resultado de uma menor utilização destes Sistemas por parte dos Intermediários Financeiros.

5.4 CUSTOS OPERACIONAIS

Os Custos Operacionais da INTERBOLSA ascenderam a 2.696 mil euros, valor que representa uma diminuição de 1,2 por cento face aos custos da mesma natureza registados em igual período do ano transacto.

Em Euros

	1º Semestre 2011	1º Semestre 2010	Var. %
Gastos com o pessoal	1.401.154	1.413.497	-0,9%
Gastos com tecnologias de informação e comunicação	558.876	585.696	-4,6%
Consultoria e serviços profissionais	114.564	117.877	-2,8%
Equipamentos e instalações	240.248	214.925	11,8%
Outros gastos	344.030	347.268	-0,9%
Custos de Exploração	2.658.872	2.679.263	-0,8%
Amortizações	36.866	50.268	-26,7%
Custos Operacionais	2.695.737	2.729.532	-1,2%

De acordo com a informação expressa no quadro acima, a rubrica gastos com tecnologias de informação e comunicação apresenta um decréscimo de 4,6 por cento face ao período homólogo na sequência da renegociação dos contratos de licenças e manutenção e de uma gestão mais eficiente das comunicações realizadas, pese embora o aumento com os custos de comunicações SWIFT motivado pelo aumento do tráfego de comunicações naquela rede quer para liquidação financeira das operações através do TARGET2, quer pela disponibilização das mensagens ISO 15022.



No que concerne à rubrica de Amortizações, a análise do quadro acima permite aferir uma redução homóloga de 26,7 por cento explicada pelo efeito da passagem do tempo de investimentos anteriores, pese embora os investimentos realizados o primeiro semestre de 2011.

Relativamente aos gastos com Equipamentos e Instalações, o primeiro semestre do ano apresenta um acréscimo de 11,8 por cento, face ao período homólogo, mercê do aumento dos custos com deslocações, principalmente relacionadas com o projecto Target2-Securities (T2S), que se encontra numa fase crítica de desenvolvimento.

Finalmente, no que concerne aos Custos com Pessoal, no primeiro semestre de 2011 verifica-se um decréscimo homólogo de cerca de 1 por cento, face ao primeiro semestre de 2010, justificado pela saída de um colaborador em Julho do ano anterior.

5.5 ESTRUTURA PATRIMONIAL

Realizando a análise do Activo Líquido e do Capital Próprio no final do primeiro semestre de 2011, com referência a 31 de Dezembro de 2010, verifica-se um decréscimo explicado principalmente pelo pagamento de dividendos ao accionista único, Euronext Lisbon.

Em Euros

	Junho 2011	Junho 2010	Dezembro-2010
Activo Líquido	21.230.766	19.735.939	24.498.324
Passivo Líquido	4.014.821	3.486.008	2.918.203
Capital Próprio	17.215.945	16.249.931	21.580.120

O Passivo da INTERBOLSA apresenta, por sua vez, um acréscimo de 37,6 por cento, face ao valor apresentado em Dezembro de 2010, explicado por um lado pelo aumento do valor do IRC em virtude da evolução dos resultados apurados até ao momento da análise e, por outro lado, do desfasamento entre o valor estimado de IRC a liquidar e a data dos pagamentos por conta a efectuar.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Junho 11	Dezembro 10
Activo			
Activos fixos tangíveis	4 e 12	225.977	256.978
Activos intangíveis	13	-	-
Outros investimentos financeiros		1.250	1.250
Impostos diferidos activos	14	3.674	4.934
Total de Activos Não Correntes		230.901	263.162
Impostos a receber		-	-
Devedores e outros activos	15	2.545.236	2.325.859
Depósitos a prazo		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16	18.454.629	21.909.302
Total de Activos Correntes		20.999.865	24.235.162
Total do Activo		21.230.766	24.498.324
Capitais Próprios			
Capital	17	5.500.000	5.500.000
Reservas	18	5.500.000	5.500.000
Resultado líquido do período atribuível			
aos accionistas e Resultados Transitados		6.215.945	10.580.120
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas		17.215.945	21.580.120
Passivo			
Benefícios aos empregados	19	26.782	(40.808)
Total de Passivos Não Correntes		26.782	(40.808)
Credores e outros passivos	20	1.527.515	1.790.899
IRC apurado	11	2.460.525	1.168.112
Total de Passivos Correntes		3.988.039	2.959.011
Total do Passivo		4.014.821	2.918.203
Total dos Capitais Próprios e Passivo		21.230.766	24.498.324



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	<u>Junho 2011</u>	<u>Junho 2010</u>
Prestações de serviços			
Liquidação e custódia	2	11.173.536	9.894.614
Ajustamentos de Clientes Cobrança Duvidosa	3 / 15	(4.162)	(749)
Outros rendimentos	2	<u>100.639</u>	<u>99.906</u>
		11.270.013	9.993.771
		<hr/>	<hr/>
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos com o pessoal	4	1.401.154	1.413.497
Amortizações	5	36.866	50.268
Gastos com tecnologias de informação e comunicações	6	558.876	585.696
Consultoria e serviços profissionais	7	114.564	117.877
Equipamentos e instalações	8	240.248	214.925
Outros gastos	9	<u>344.030</u>	<u>347.268</u>
		2.695.737	2.729.532
		<hr/>	<hr/>
Resultado operacional		8.574.276	7.264.239
		<hr/>	<hr/>
Ganhos financeiros		114.400	74.221
Gastos financeiros		1.750	336
		<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro	10	112.649	73.885
Resultado antes de impostos		8.686.925	7.338.124
Impostos sobre lucros			
- Imposto Corrente	11	2.469.720	2.086.775
- Imposto Diferido	11 / 14	1.260	1.418
		<hr/>	<hr/>
Resultado após impostos		6.215.945	5.249.931
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Resultado do período atribuível aos accionistas		6.215.945	5.249.931
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		-	-
Rendimento integral *		6.215.945	5.249.931
Resultado por acção (Básico e Diluído) – Euros	17	1,13	0,95

* Líquido de imposto sobre o rendimento



MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

	Total da Situação Líquida	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados Líquidos
Saldos em 31 de Dezembro 2009	20.634.410	5.500.000	5.500.000	-	-	-	9.634.410
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	9.634.410	(9.634.410)
	20.634.410	5.500.000	5.500.000	-	-	9.634.410	-
Resultado líquido do período	10.580.120	-	-	-	-	-	10.580.120
Rendimento integral							10.580.120
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(9.634.410)	-	-	-	-	(9.634.410)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	21.580.120	5.500.000	5.500.000	-	-	-	10.580.120
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	10.580.120	(10.580.120)
	21.580.120	5.500.000	5.500.000	-	-	10.580.120	-
Resultado líquido do período	6.215.945	-	-	-	-	-	6.215.945
Rendimento integral							6.215.945
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(10.580.120)	-	-	-	-	(10.580.120)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	17.215.945	5.500.000	5.500.000	-	-	-	6.215.945



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

	Notas	(Valores expressos em Euros)	
		Junho 11	Junho 10
I Actividades operacionais			
Resultado Líquido Antes de Impostos		8.686.925	7.338.124
Ajustamentos:			
Resultados financeiros	10	(112.649)	(73.885)
Amortizações	5	36.866	50.268
Outras operações sem fluxo de caixa		-	-
Total dos fluxos de caixa operacionais antes da variação do "working capital" (A)		8.611.142	7.314.507
(Aumento) / diminuição recebimentos não recorrentes		-	-
(Aumento) / diminuição outros recebimentos		(219.377)	(83.136)
Diminuição em pagamentos de curto prazo		(177.551)	(229.027)
Total da variação do "working capital" (B)		(396.928)	(312.163)
Fluxos de caixa gerados pelas actividades operacionais (A + B)		8.214.214	7.002.344
Impostos pagos		(1.177.308)	(736.210)
Juros recebidos		114.400	74.221
Juros pagos		(1.750)	(336)
Total de fluxos de caixa de actividades operacionais		7.149.556	6.340.019
II Actividades de investimento			
Investimentos em activos fixos tangíveis		(5.865)	(11.350)
Investimentos em activos intangíveis		-	-
Venda de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-
Aplicações financeiras > 3 meses		-	-
Outras actividades de investimento		-	-
Total de fluxos de caixa de actividades de investimento		(5.865)	(11.350)
III Actividades de financiamento			
Empréstimos obtidos		-	-
Empréstimos liquidados		-	-
Dividendos		(10.580.120))	(9.634.410)
Outras actividades de financiamento		(18.244)	(17.101)
Total de fluxos de caixa de actividades de financiamento		(10.598.364)	(9.651.512)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Total de fluxos de caixa do período		(3.454.674)	(3.322.843)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período		21.909.302	20.573.909
Caixa e seus equivalentes no final do período		18.454.629	17.251.066
Movimentos em caixa e seus equivalentes		(3.454.674)	(3.322.843)

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Luís Laginha de Sousa
<i>Vogal</i>	Marta Calado
<i>Vogal</i>	Rui Samagaio de Matos
<i>Vogal</i>	Roland Bellegarde
<i>Vogal</i>	Corinne Fornara



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A transformação da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores em INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (“INTERBOLSA”), foi outorgada por escritura de 10 de Fevereiro de 2000, lavrada no 1º Cartório Notarial de Lisboa, conforme deliberação da Assembleia Geral da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores, de 20 de Dezembro de 1999, e nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro (actualmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro), e da Portaria n.º 1.194-A/99 (2ª. Série), de 8 de Novembro. A INTERBOLSA é detida a 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

A sua actividade consiste na gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª Secção sob o número 502962275.

O registo comercial do acto de transformação de Associação para Sociedade Anónima foi efectuado em 22 de Fevereiro de 2000.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da INTERBOLSA em reunião realizada no dia 22 de Julho de 2011.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As demonstrações financeiras da INTERBOLSA, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) aprovadas pela União Europeia e em vigor nessa data, considerando as normas disponíveis para adopção antecipada. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.



As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas em conformidade com a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos fixos tangíveis e activos financeiros disponíveis para venda. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 1.19.

Outras Notas

Em Dezembro de 2001, foi celebrado um acordo com os trabalhadores da INTERBOLSA no qual se fixa um conjunto de princípios a cumprir no caso de cessação de contratos de trabalho por iniciativa desta entidade empregadora, bem como, um conjunto de condições integradas num esquema, ainda que privado, de reforma e de pré-reforma, ambos posteriormente regulamentados em Julho de 2002.

Sem prejuízo, não existe, no presente momento, qualquer plano de reestruturação a implementar que possa originar a cessação de contratos ou o estabelecimento de reformas e/ou pré-reformas, pelo que não é possível quantificar os possíveis impactos financeiros que a eventual aplicação do mencionado acordo possa originar para a INTERBOLSA.

1.2 Instrumentos financeiros

i) Classificação

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros detidos com o objectivo de serem mantidos pela INTERBOLSA, nomeadamente acções, são classificados como disponíveis para venda. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os gastos ou rendimentos associados às transacções, sendo posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas enquadrados como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração de resultados.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos “cash flows” futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

1.3 Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual este pode ser trocado numa transacção normal de mercado entre partes conhecedoras e dispostas a efectivar a troca, sem qualquer intenção ou necessidade de liquidar, ou de empreender uma transacção em condições adversas.

O justo valor é obtido com base em preços de cotação em mercado ou em preços de Intermediários Financeiros que actuam em mercados activos, quando disponíveis. Na sua ausência, o justo valor é baseado na utilização de preços de transacções recentes realizadas em condições de mercado ou, na sua ausência, usando técnicas de



valorização. Estas técnicas de valorização incluem fluxos futuros de caixa descontados considerando dados observáveis de mercado disponíveis.

1.4 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para activos e passivos financeiros ao justo valor com impacto em resultados são proibidas.

1.5 Desreconhecimento

A INTERBOLSA não reconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a “*cash-flows*” futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o não reconhecimento apenas pode sobrevir quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou quando a INTERBOLSA não mantém controlo dos activos.

A INTERBOLSA procede ao não reconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.6 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abates e descontos.

1.7 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data de balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num momento posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

1.8 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. A INTERBOLSA decidiu alterar as taxas de amortização dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2006, de acordo com as praticadas pelo Grupo NYSE.Euronext. Os



gastos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a INTERBOLSA. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	2 a 5
Equipamento informático	2 a 3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.9 Activos intangíveis

“Software”

Os gastos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela INTERBOLSA necessárias à sua instalação. Estes gastos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos quando incorridos.

1.10 Locações

A INTERBOLSA classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância, e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados ao abrigo do disposto nos contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

1.11 Caixa e equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

1.12 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.13 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

Por contrato de 27 de Dezembro de 2001, foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O Fundo reveste a forma de Fundo de Pensões fechado de benefício definido, encontra-se constituído por tempo indeterminado, sendo gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

As responsabilidades decorrentes do Fundo de Pensões foram determinadas através de estudo actuarial elaborado pela Mercer, Human Resource Consulting, S.A..

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA com o Fundo de Pensões é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada para a reforma por velhice, invalidez e sobrevivência imediata e diferida, tendo sido utilizados decrementos por invalidez para a reforma por



velhice e sobrevivência diferida, e bem assim, pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os gastos de serviço corrente e os gastos de serviços passados, em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “*unwinding*” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de gastos operacionais.

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca do serviço prestado no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo que o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de “*rating*” AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidas, que excedam 10% do maior valor entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados, pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos ao fundo são efectuados, anualmente, de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

1.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros recebidos de aplicações, ganhos e perdas de diferenças de câmbio bem como juros suportados com locações financeiras.

Os juros recebidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efectiva. Os juros relativos a locações financeiras são reconhecidos considerando o método da taxa de juro efectiva.

1.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades fiscais à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo, com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as



taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

1.16 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da empresa pelo número de acções ordinárias emitidas.

1.17 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações sujeito a riscos e rendimentos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, sujeito a riscos e rendimentos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a INTERBOLSA concentra-se num único segmento de negócio – Liquidação e custódia e num único segmento geográfico – Portugal.

1.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a INTERBOLSA tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.19 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize, para aplicação dos princípios contabilísticos mais adequados, o julgamento e as estimativas necessárias.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela INTERBOLSA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da INTERBOLSA e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais



políticas contabilísticas utilizadas pela INTERBOLSA é apresentada nas notas 1.1 a 1.18 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela INTERBOLSA poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da INTERBOLSA e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A INTERBOLSA determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a INTERBOLSA avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da INTERBOLSA.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de o mesmo se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, designadamente, alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas



estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela INTERBOLSA, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da INTERBOLSA, que, a haver correcções, estas não serão correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

1.20 Gestão de Risco

A INTERBOLSA dedica uma atenção rigorosa e permanente à manutenção de um perfil de risco prudente, equilibrado e adequado à experiência e à capacidade de organização, preservando os objectivos básicos de solvabilidade, rentabilidade e adequada liquidez.

A INTERBOLSA enquanto entidade gestora de sistemas centralizados e de sistemas de liquidação, dispõe de um sistema de controlo interno que tem por objectivo a monitorização dos riscos inerentes à sua actividade, a minimização de imprevistos, a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças de mercado, bem como, um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa.

Riscos financeiros

a) Exposição a risco de crédito

Não existe qualquer concentração significativa de risco de crédito numa única contraparte ou grupo de contrapartes. A exposição máxima ao risco de crédito para cada classe de activos financeiros é representada pelos valores escriturados dos respectivos activos.



b) Exposição a risco de taxa de juro

A INTERBOLSA não tem constituído nenhum empréstimo bancário e as suas aplicações financeiras são efectuadas em activos sem risco ou de risco reduzido, como sejam os depósitos a prazo de taxa fixa e com maturidade igual ou inferior a um ano. As referidas aplicações são realizadas junto de instituições financeiras de reconhecida credibilidade.

A INTERBOLSA não utiliza quaisquer instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro ou taxas de câmbio.

Risco de liquidação e custódia

A 30 de Junho de 2011, a valorização das emissões integradas na Central de Valores Mobiliários ascendia a 331.232.545.831 euros, como a seguir se discrimina:

Tipo	Valorização (€)
Acções	88.081.322.234
Unidades de participação	1.177.944.922
Obrigações	235.829.094.288
Títulos de participação	107.184.387
Valores convertíveis	125.000.000
Papel comercial	5.612.000.000
Outros valores destacados	300.000.000

A valorização das emissões representativas de dívida é calculada com base no valor nominal, sendo a valorização das restantes emissões efectuadas com base no preço de fecho de mercado para os valores cotados, ou com base no valor nominal tratando-se de valores não cotados. As unidades de participação não admitidas à negociação são valorizadas com base no preço de subscrição. Não é apresentada a valorização das emissões de 1.134 warrants, 215 certificados e 8 valores estruturados integrados nos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA

Os procedimentos de alerta de existência de falhas na liquidação, bem como os procedimentos de controlo interno implementados, permitem monitorizar e mitigar os riscos inerentes a estas operações.

2 Prestações de Serviços e Outros rendimentos

O valor desta rubrica é composto por:

Prestações de Serviços

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Utilização Sistema	220.525	228.025
Movimentação de Valores em conta	136.742	164.815
Sistemas de Liquidação	685.543	694.924
Exercício de Direitos / Conversões / Pagamento de Rendimentos	905.900	630.600
Manutenção de Emissões / Valores em conta	8.844.207	7.846.190
Registo de Emissões	197.350	144.500
Cancelamento de Emissões	28.050	26.850
Outros Receitas Prestação Serviços	155.219	158.710
	<hr/>	<hr/>
	11.173.536	9.894.614
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Outros Rendimentos

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Ganhos / (Perdas) em imobilizações	-	6.500
Outros rendimentos	100.639	93.406
	<hr/>	<hr/>
	100.639	99.906
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

3 Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa

Os movimentos efectuados foram os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
<i>Saldo inicial da conta de activo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	13.349	10.145
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	4.162	3.577
Reversões de ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	-	(373)
	<hr/>	<hr/>
<i>Saldo final da conta de activo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	17.511	13.349
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

4 Gastos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Remunerações	1.122.629	1.147.917
Encargos sociais obrigatórios	158.703	140.215
Encargos com pensões e Benefícios aos empregados	67.589	61.000
Formação	10.355	18.127
Outros gastos	41.878	46.238
	<hr/>	<hr/>
	1.401.154	1.413.497
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

O valor registado na rubrica Gastos com o Pessoal atribuídas aos Órgãos Sociais:

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Remunerações	230.029	271.303
Encargos sociais obrigatórios	16.083	15.619
Outros gastos	2.000	2.448
	<hr/>	<hr/>
	248.112	289.370
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Para o exercício de 2011, a Empresa contratou serviços à PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, (PwC) cujos honorários contratados ascendem a €20.829 (2010: €21.470), com a seguinte distribuição pelos diferentes tipos de serviços prestados:

	2011	2010
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	18.829	19.470
Outros serviços	2.000	2.000
	<hr/>	<hr/>
	20.829	21.470
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Serviços de revisão legal de contas e auditoria

Inclui os honorários cobrados pela PwC no âmbito da auditoria e da revisão legal da Empresa.

Outros serviços

Inclui os honorários cobrados pela PwC no âmbito dos serviços permitidos de acordo com as regras de independência definidas.



Ambos os honorários encontram-se registados na rubrica “Consultoria e serviços profissionais”.

O efectivo de trabalhadores ao serviço da INTERBOLSA em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, distribuído por departamentos, foi o seguinte:

	30/06/2011	31/12/2010
Liquidação e Custódia – Central de Valores Mobiliários	11	11
Suporte – Direcção Administrativa e Financeira	3	3
Suporte – Direcção Jurídica	2	2
Suporte – Direcção Informática	19	19
Suporte – <i>Program Office</i> *	1	1
Suporte – Assessoria do Conselho de Administração **	1	1
	37	37

* A coordenação do *Program Office* é da responsabilidade funcional do Assessor do Conselho de Administração.

** As funções de Agência Nacional de Codificação estão adstritas à área da Central de Valores Mobiliários

5 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011 Euros	30/06/2010 Euros
<i>Activos fixos tangíveis:</i>		
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento informático	5.716	10.658
Equipamento de transporte	10.225	12.502
Equipamento administrativo	3.588	9.078
Outros activos fixos tangíveis	17.337	18.030
	36.866	50.268
<i>Activos intangíveis:</i>		
	-	-
	36.866	50.268

6 Gastos com tecnologias de informação e comunicação

	30/06/2011 Euros	30/06/2010 Euros
Licenças e manutenção de Hardware	46.832	60.713
Licenças e manutenção de Software	339.560	345.475
Gastos de e com comunicações	172.484	179.508
	558.876	585.696

7 Consultoria e serviços profissionais

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Consultores fiscais e contabilísticos	3.225	-
Consultoria jurídica	1.244	685
Outra consultadoria	36.426	32.067
Auditoria e Revisão Oficial de contas	10.320	14.345
Outsourcing	63.349	70.780
	<hr/>	<hr/>
	114.564	117.877
	<hr/>	<hr/>

8 Equipamentos e instalações

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Rendas de edifícios / gastos com condomínio	97.546	96.542
Segurança	25.460	25.545
Gás, água e electricidade	12.900	11.797
Manutenção e serviços de limpeza	8.422	8.411
Seguros	6.664	6.775
Despesas de deslocação	70.114	35.096
Equipamento de escritório	7.684	17.645
Correio	2.293	2.906
Outros	9.165	10.208
	<hr/>	<hr/>
	240.248	214.925
	<hr/>	<hr/>

9 Outros gastos

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011	30/06/2010
	Euros	Euros
Subcontratos	41.581	41.074
Taxas de supervisão (CMVM)	270.000	270.000
Gastos com viaturas	22.601	29.199
Outros	9.848	6.995
	<hr/>	<hr/>
	344.030	347.268
	<hr/>	<hr/>

10 Ganhos e gastos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2011 Euros	30/06/2010 Euros
Juros obtidos	114.400	74.221
Juros suportados	1.750	336
Resultado financeiro	112.649	73.885

11 Estimativa para impostos sobre lucros

A INTERBOLSA encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,5%. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso de 2.000.000 €, acresce uma Derrama Estadual de 2,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da INTERBOLSA relativas aos anos de 2007 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	30/06/2011 Euros	30/06/2010 Euros
Imposto corrente do ano	2.469.720	2.086.775
Correcção de anos anteriores	-	-
	2.469.720	2.086.775
Imposto diferido (ver Nota 14)		
Diferenças temporárias	1.260	1.418
Variação da Taxa de Imposto	-	-
	1.260	1.418
	2.470.980	2.088.193

O apuramento do imposto corrente em 30 de Junho de 2011 e de 2010 analisa-se como segue:

	<u>30/06/2011</u> Euros	<u>30/06/2010</u> Euros
Resultado antes de impostos	8.686.925	7.338.124
Gastos não aceites fiscalmente	13.133	39.140
Rendimentos não tributados	<u>(21.029)</u>	<u>(19.653)</u>
 Rendimento tributável	 8.679.029	 7.357.611
 Imposto corrente sobre o rendimento (1)		
• Matéria colectável < 12.500 €- Taxa 12,5%	1.563	1.563
• Matéria colectável > 12.500 €- Taxa 25%	2.166.632	1.836.278
• Derrama – Taxa 1,50%	130.185	110.364
• Derrama Estadual – Taxa 2,50%	166.976	133.940
	<u>2.465.356</u>	<u>2.082.145</u>
 Despesas tributadas autonomamente (2)	 4.364	 4.630
 Imposto corrente sobre o rendimento (1) + (2)	 <u>2.469.720</u>	 <u>2.086.775</u>

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço

Imposto corrente sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2)	2.469.720	2.086.775
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	-	0
- Menos: Retenções na fonte	<u>(9.195)</u>	<u>(11.565)</u>
- Saldo corrente a pagar (receber)	<u>2.460.525</u>	<u>2.075.210</u>

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Prémios de seguros não aceites:	8.072;
- Amortizações não aceites como custo	885;
- Outros gastos não aceites:	1.158;
- Benefícios Fiscais:	6.646;
- Excesso de estimativa de imposto:	6.823;
- Outras deduções aceites fiscalmente:	7.560.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 é como se segue:

	<u>30/06/2011</u> <u>Euros</u>	<u>30/06/2010</u> <u>Euros</u>
Imposto corrente do período:		
Imposto corrente imputado a resultados	2.469.720	2.086.775
Imposto diferido	<u>1.260</u>	<u>1.418</u>
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>2.470.980</u>	<u>2.088.193</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>8.686.925</u>	<u>7.338.124</u>
Carga Fiscal ((1)/(2))	<u>28,44%</u>	<u>28,46%</u>

12 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>30/06/2011</u> <u>Euros</u>	<u>31/12/2010</u> <u>Euros</u>
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
Edifícios	62.352	62.352
Equipamento:		
Informático	919.852	919.852
Transporte	214.965	214.965
Administrativo	450.888	449.907
Outros activos fixos tangíveis	254.383	249.499
	<u>1.902.440</u>	<u>1.896.575</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	36.866	161.026
Relativas a exercícios anteriores	1.639.597	1.478.571
	<u>1.676.463</u>	<u>1.639.597</u>
	<u>225.977</u>	<u>256.978</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica “Activos fixos tangíveis” no período findo em 30 de Junho de 2011 analisam-se como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 30 Junho Euros
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
Edifícios	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	919.852	-	-	-	919.852
Transporte	214.965	-	-	-	214.965
Administrativo	449.907	981	-	-	450.888
Outros activos fixos tangíveis	249.499	4.884	-	-	254.383
	<u>1.834.223</u>	<u>5.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.840.088</u>
	<u>1.896.575</u>	<u>5.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.902.440</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
Edifícios e outras Construções	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	905.419	5.716	-	-	911.135
Transporte	153.615	10.225	-	-	163.840
Administrativo	358.465	3.587	-	-	362.052
Outros activos fixos tangíveis	159.746	17.338	-	-	177.084
	<u>1.577.245</u>	<u>36.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.614.111</u>
	<u>1.639.597</u>	<u>36.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.676.463</u>

As locações financeiras, a 30 de Junho de 2011, em termos de prazos residuais são apresentadas como segue:

	Locações			Total Euros
	Até 1 Ano Euros	De 1 a 5 Anos Euros	A mais de 5 Anos Euros	
Rendas vincendas	23.034	41.215	-	64.249
Juros vencidos	2.909	4.073	-	6.982
Valores residuais	20.262	16.630	-	36.892
	<u>46.205</u>	<u>61.918</u>	<u>-</u>	<u>108.123</u>

Os juros são ajustados mensalmente de acordo com a evolução da Euribor a um mês do mês anterior. Os valores que constam no quadro acima são os valores calculados a 30 de Junho de 2011.

13 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>30/06/2011</u> Euros	<u>31/12/2010</u> Euros
<i>Custo:</i>		
“Software”	1.041.341	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>1.041.341</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	-	-
Relativas a exercícios anteriores	1.041.341	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>1.041.341</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, a 30 de Junho de 2011, são analisados como segue:

	<u>Saldo em</u> <u>1 Janeiro</u> Euros	<u>Aquisições/</u> <u>Dotações</u> Euros	<u>Abates</u> Euros	<u>Saldo em</u> <u>30 Junho</u> Euros
<i>Custo:</i>				
“Software”	1.041.341	-	-	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.041.341</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
“Software”	1.041.341	-	-	1.041.341
	<u>1.041.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.041.341</u>

14 Impostos diferidos activos

A INTERBOLSA regista nas suas contas o feito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	30/06/2011		31/12/2010	
	Activo Euros	Passivo Euros	Activo Euros	Passivo Euros
Pensões de reforma	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis: amortizações	9.544	-	16.445	-
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	4.321	-	2.173	-
	<u>13.865</u>	<u>-</u>	<u>18.618</u>	<u>-</u>
	26,50%	26,5%	26,50%	26,5%
Activos por impostos diferidos	<u>3.674</u>	<u>-</u>	<u>4.934</u>	<u>-</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são os seguintes:

	30/06/2011 Euros	31/12/2010 Euros
Saldo no início do período	4.934	37.984
Dotação a resultados transitados	-	-
Dotação a resultados do exercício	(1.260)	(33.050)
Saldo no final do período	<u>3.674</u>	<u>4.934</u>

15 Devedores e outros Activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2011 Euros	31/12/2010 Euros
Devedores correntes e outros activos		
- Clientes	2.273.284	2.178.311
- Devedores diversos	14.495	14.852
- Diferimentos (Gastos a reconhecer)	274.968	146.045
Imparidade para devedores	<u>(17.511)</u>	<u>(13.349)</u>
	<u>2.545.236</u>	<u>2.325.859</u>
Imparidade para devedores:		
Saldo no início do período	13.349	10.145
Dotação no período	4.162	3.577
Reversão no período	-	(373)
Saldo no final do período	<u>17.511</u>	<u>13.349</u>



16 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>30/06/2011</u> Euros	<u>31/12/2010</u> Euros
<i>Numerário:</i>		
Caixa	19	-
<i>Depósitos bancários:</i>		
Depósitos à ordem	17.881.547	21.509.302
Depósitos a prazo (<=3 meses)	573.000	400.000
Juros corridos de depósitos a prazo	63	-
	<u>18.454.629</u>	<u>21.909.302</u>

17 Capital

O capital social da INTERBOLSA no montante de Euros 5.500.000 representado por 5.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O capital social da INTERBOLSA, em 30 de Junho de 2011, é detido em 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis ao accionista da INTERBOLSA, são analisados como segue:

	<u>30/06/2011</u> Euros	<u>31/12/2010</u> Euros	<u>30/06/2010</u> Euros
Resultado líquido	6.215.945	10.580.120	5.249.931
N.º de acções	5.500.000	5.500.000	5.500.000
Resultado por acção (Básico)	1,13	1,92	0,95

A INTERBOLSA calcula o seu resultado básico por acção usando o número de acções emitidas durante o período de relato.

18 Reservas

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
Reserva legal	5.500.000	5.500.000
	5.500.000	5.500.000

Reserva legal

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício até ao limite do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital social da Sociedade.

19 Benefícios aos empregados

Planos de benefícios definidos

Por contrato de 27 de Dezembro de 2001 foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O referido Fundo de Pensões, com duração por tempo indeterminado, é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
<i>Número de participantes</i>		
Pessoal no activo	37	37
Ex-funcionários	10	10
Pensionista	1	1
	48	48



Durante o semestre em curso, de forma a estimar os gastos referentes ao plano de pensões, a INTERBOLSA utilizou uma projecção efectuada por uma consultora independente especializada na matéria em questão (Mercer Portugal) e, tendo por base os valores obtidos com o estudo actuarial efectuado a 31 de Dezembro de 2010, mantendo os mesmos pressupostos actuariais, que se encontram de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

As quantias reconhecidas no balanço são as seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
Valor presente das obrigações com fundo	2904.801	2.778.232
Justo valor dos activos do plano	2.571.571	2.511.663
	<hr/>	<hr/>
	333.230	266.569
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidas	(306.448)	(307.377)
	<hr/>	<hr/>
Passivo líquido no balanço	26.782	(40.808)
	<hr/>	<hr/>

Os movimentos no passivo líquido reconhecidos no balanço são os seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
Valores em 1 de Janeiro	(40.808)	116.585
Gasto líquido reconhecido na demonstração de resultados	67.589	122.608
Contribuições para o fundo	-	(280.000)
	<hr/>	<hr/>
Passivo líquido no fim do período	26.782	(40.808)
	<hr/>	<hr/>

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	30/06/2011	31/12/2010
	Euros	Euros
Custo dos serviços correntes	57.198	102.765
Custo dos juros	65.893	120.455
Rendimento esperado dos activos	(56.431)	(100.612)
(Ganhos) e perdas actuariais reconhecidos	929	-
	<hr/>	<hr/>
Custo do exercício	67.589	122.608
	<hr/>	<hr/>



A análise comparativa dos pressupostos actuariais é analisada como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Taxa de crescimento salarial		
Activos	2,55%	2,55%
Direitos adquiridos	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	4,75%	4,750%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 100%	EVK 80 100%
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos utilizados	100% da EKV 1980	100% da EKV 1980

20 Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>30/06/2011</u> Euros	<u>31/12/2010</u> Euros
Fornecedores C/C	120.883	235.914
Fornecedores de Imobilizado	-	57.093
Financiamentos Obtidos (Leasing financeiro)	101.141	117.444
Outros Credores	46.962	54.488
Estado e Outros Entes Públicos	818.399	669.356
Acréscimos de Gastos	440.130	656.604
	<hr/>	<hr/>
Credores correntes	1.527.515	1.790.899
	<hr/>	<hr/>



21 Transacções com partes relacionadas

Resumem-se, como se segue, os saldos da INTERBOLSA, em 30 de Julho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, relativos às transacções com partes relacionadas:

Balço:	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
Activos Correntes:			
Devedores e outros Activos			
LCH Clearnet, S.A.	25.481	9.187	
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Euronext Paris.	17.449.645	21.108.151	
Passivos Correntes:			
Credores e outros Passivos			
Euronext Lisbon	8.802	-	
	<u>17.483.928</u>	<u>21.117.338</u>	
Demonstração de resultados:	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/12/2010</u>
Prestação de serviços:			
LCH.Clearnet, S.A.	146.771	153.906	299.781
Rendimentos financeiros			
Euronext Paris	71.614	19.281	60.347
Gastos e perdas:			
Euronext Lisbon	43.505	121.475	164.980
	<u>261.890</u>	<u>294.662</u>	<u>525.108</u>

22 Justo valor de activos e passivos financeiros

A decomposição dos activos e passivos financeiros da INTERBOLSA, contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisado como segue:

	30/06/2011			31/12/2010		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<i>Activos financeiros:</i>						
Activos financeiros disponíveis para venda	1.250	1.250	-	1.250	1.250	-
Clientes	2.255.773	2.255.773	-	2.164.962	2.164.962	-
Outros devedores	14.495	14.495	-	14.852	14.852	-
Caixa e equivalentes de caixa	17.881.629	17.881.629	-	21.509.302	21.509.302	-
Depósitos a prazo	573.000	573.000	-	400.000	400.000	-
<i>Passivos financeiros:</i>						
Fornecedores	120.883	120.883	-	235.914	235.914	-
Fornecedores Imobilizado	-	-	-	57.093	57.093	-
Financiamentos Obtidos (Leasing financeiro)	101.141	101.141	-	117.444	117.444	-
Outros credores	46.962	46.962	-	54.488	54.488	-

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estas rubricas, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

23 Gestão de Capital

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no Balanço, a INTERBOLSA estabelece os seguinte objectivos quanto a esta matéria:

- Cumprir com os requisitos de capital definidos pelo regulador do sector onde a INTERBOLSA opera;
- Assegurar que capacidade de continuidade da INTERBOLSA é continuamente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos accionistas; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua actividade.



A adequação de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados regularmente pela gestão do Grupo NYSE Euronext.

A CMVM exige que as entidades gestoras disponham dos fundos próprios necessários para assegurar o disposto no artigo 32º do Decreto-Lei nº 357-C/2007, de 31 de Outubro:

- (a) fundos próprios têm de atingir um nível mínimo que será o dobro do capital social mínimo exigível;
- (b) o passivo tem de ser a todo o momento inferior aos seus fundos próprios.

Mensalmente é remetida à CMVM informação financeira que lhe permite aferir o cumprimento das disposições legais em matéria de fundos próprios da INTERBOLSA.

O Grupo NYSE.Euronext e as suas participadas, da qual a INTERBOLSA é parte integrante, cumprem com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente, e aos quais se encontram sujeitos.

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente Luís Laginha de Sousa

Vogal Marta Calado

Vogal Rui Samagaio de Matos

Vogal Roland Bellegarde

Vogal Corinne Fornara



6. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 246.º, do Código de Valores Mobiliários (CVM), declaramos que para o período findo em 30 de Junho de 2011, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das Demonstrações Financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da **INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.** e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas no termos do n.º 2 do artigo 246.º do CVM, designadamente a indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

O Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Luís Laginha de Sousa
<i>Vogal</i>	Marta Calado
<i>Vogal</i>	Rui Samagaio de Matos
<i>Vogal</i>	Roland Bellegarde
<i>Vogal</i>	Corinne Fornara



Relatório de Exame Simplificado

Ao Conselho de Administração da
Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de
Liquidação e de Sistemas Centralizados de
Valores Mobiliários, S.A.

Introdução

1 Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras intercalares da Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2011, (que evidencia um total de 21.230.766 euros e um total de capital próprio de 17.215.945 euros, incluindo um resultado líquido de 6.125.945 euros), a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame simplificado a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame simplificado consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar: a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a aplicação ou não do princípio da continuidade; e a apresentação da informação financeira.

5 Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, conseqüentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Conclusões

6 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

18 de Agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.